

**AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**AJUSTE DIRETO**

**2024\_020PR**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DE  
VULNERABILIDADE, INTRUSÃO INTERNA E EXTERNA E  
CAMPANHAS DE PHISHING**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**DEZEMBRO 2024**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>3</b>
Cláusula 1 <sup>a</sup> Objeto .....	3
Cláusula 2 <sup>a</sup> Contrato .....	3
Cláusula 3 <sup>a</sup> Prazo contratual .....	3
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES</b>	<b>4</b>
<b>SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE</b>	<b>4</b>
Cláusula 4 <sup>a</sup> Obrigações do Cocontratante.....	4
Cláusula 5 <sup>a</sup> Metodologia da prestação de serviços .....	5
Cláusula 6 <sup>a</sup> Local da prestação de serviço .....	5
Cláusula 7 <sup>a</sup> Equipa a afetar à execução do Contrato .....	5
Cláusula 8 <sup>a</sup> Dever de sigilo .....	6
Cláusula 9 <sup>a</sup> Tratamento de dados pessoais.....	6
<b>SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS</b>	<b>9</b>
Cláusula 10 <sup>a</sup> Preço base e preço contratual.....	9
Cláusula 11 <sup>a</sup> Condições de pagamento .....	9
Cláusula 12 <sup>a</sup> Faturação .....	10
<b>SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>10</b>
Cláusula 13 <sup>a</sup> Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato .....	10
Cláusula 14 <sup>a</sup> Responsabilidades das partes.....	11
<b>CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>11</b>
Cláusula 15 <sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante .....	11
Cláusula 16 <sup>a</sup> Sanções contratuais.....	12
Cláusula 17 <sup>a</sup> Força maior.....	12
Cláusula 18 <sup>a</sup> Resolução por parte da AdP SGPS .....	13
Cláusula 19 <sup>a</sup> Resolução por parte do Cocontratante .....	14
Cláusula 20 <sup>a</sup> Seguros .....	14
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>14</b>
Cláusula 21 <sup>a</sup> Deveres de informação .....	15
Cláusula 22 <sup>a</sup> Comunicações.....	15
Cláusula 23 <sup>a</sup> Foro competente .....	15
Cláusula 24 <sup>a</sup> Direito aplicável e natureza do Contrato .....	15
Cláusula 25 <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	16
ANEXO I Especificações Técnicas .....	17

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre a **AdP SGPS** e o **Cocontratante**, que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços de Auditoria de vulnerabilidade, intrusão interna e externa e Campanhas de Phishing**.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Contrato**

1. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo **Cocontratante**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o Contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **AdP SGPS** nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Prazo contratual**

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o Contrato a celebrar é válido desde a data da celebração até à data de conclusão dos trabalhos.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

##### **Cláusula 4ª**

##### **Obrigações do Cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** prestar os seguintes serviços:

- a) Análise de vulnerabilidade e testes de intrusão e vulnerabilidade à infraestrutura e aplicações expostas na internet e nas redes internas;
- b) Testes de Engenharia Social;
- c) Testes de DDoS;
- d) Testes à *Active Directory*;
- e) Elaboração dos relatórios de acordo com o indicado no ponto IV do Anexo I;
- f) Assegurar que o objeto da prestação obedece às especificações técnicas exigidas no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos;
- g) Comparecer a todas as reuniões de trabalho que sejam agendadas pela **AdP SGPS**;
- h) Comunicar antecipadamente à **AdP SGPS**, logo que tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a execução do objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado;
- i) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, sem prévia autorização da **AdP SGPS**;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, consultores, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

## **Cláusula 5ª**

### **Metodologia da prestação de serviços**

1. Em data a indicar pela **AdP SGPS**, com a antecedência mínima de 5 (*cinco*) dias, é realizada uma reunião de arranque, destinada à explicitação do âmbito dos trabalhos a desenvolver, dos fins visados com a aquisição de serviços e à disponibilização de documentos.
2. No prazo de 90 (*noventa*) dias a contar da data de realização da reunião prevista na alínea anterior, o **Cocontratante** obriga-se a concluir as tarefas previstas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, através da disponibilização de um relatório final.
3. O **Cocontratante** deverá produzir os relatórios de acordo com o indicado no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos;
4. Analisados os documentos submetidos nos termos do número anterior, a **AdP SGPS** procede à convocação do **Cocontratante** com a antecedência mínima de 10 (*dez*) dias, para a realização de uma reunião destinada à apresentação, análise e debate do trabalho apresentado.
5. No prazo de 15 (*quinze*) dias a contar da data de realização da reunião prevista no número anterior, a **AdP SGPS** pode formular pedidos de esclarecimento relativamente ao relatório apresentado pelo **Cocontratante**.
6. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior ou apresentados os esclarecimentos promovidos pelo **Cocontratante**, a **AdP SGPS** procede à aprovação do documento final.

## **Cláusula 6ª**

### **Local da prestação de serviço**

1. A execução dos serviços será nas instalações da **AdP SGPS**, sitas na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa ou remotamente quando autorizado pela **AdP SGPS**;
2. Serão privilegiadas, sempre que possível, as reuniões à distância, através de meios tecnológicos de informação e comunicações.

## **Cláusula 7ª**

### **Equipa a afetar à execução do Contrato**

1. Para a execução dos serviços que lhe venham a ser solicitados durante a vigência do Contrato, o **Cocontratante** deve afetar à execução dos mesmos elementos que possuam formação

técnica e académica assim como experiência profissional adequadas à boa execução das tarefas a realizar.

2. Durante a execução do Contrato, a **AdP SGPS** pode solicitar ao **Cocontratante** a substituição dos elementos da equipa afeta ao Contrato, mediante decisão justificada e comunicada com uma antecedência de 5 (*cinco*) dias em relação à data de produção de efeitos da substituição.
3. Caso, por motivo devidamente justificado e aceite pela **AdP SGPS**, o **Cocontratante** tenha de designar outro elemento, deve a designação ser instruída com informação relativa à sua formação académica e profissional.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Dever de sigilo**

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP SGPS**, ou outras empresas do Grupo AdP de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a **AdP SGPS** lhes indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Tratamento de dados pessoais**

1. O **Cocontratante** compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e demais legislação que lhe seja aplicável em matéria de dados pessoais, durante a vigência do Contrato, e sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **AdP SGPS**, única e exclusivamente para as finalidades previstas no Contrato, na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do Contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a **AdP SGPS** esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao **Cocontratante**, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o **Cocontratante** e o referido colaborador;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- f) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da **AdP SGPS**, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- g) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- h) Prestar à **AdP SGPS**, ou a qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, toda a cooperação de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do Contrato, aos titulares dos dados ou na sequência de avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- i) Manter a **AdP SGPS** informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- j) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **AdP SGPS** ao abrigo do Contrato, exceto quando para tal tenha autorização prévia expressa, por escrito, ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
  - k) O **Cocontratante** deve apagar ou devolver (de acordo com as instruções dadas pela entidade adjudicante) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do Contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional;
  - l) Prestar a assistência necessária à **AdP SGPS** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
  - m) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD;
  - n) O **Cocontratante** não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente Contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da **AdP SGPS**, sem a prévia autorização desta, dada por escrito;
  - o) O **Cocontratante** será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, obrigando-se a ressarcir a **AdP SGPS**, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
2. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente Contrato com justa causa pela **AdP SGPS**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do presente Contrato são identificados no Acordo de Tratamento de Dados Pessoais a celebrar entre as Partes, na data da outorga do Contrato, nos termos do artigo 28.º do RGPD, que o **Cocontratante** se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao Contrato celebrado e parte integrante do mesmo.



**SECÇÃO II**  
**OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS**  
**Cláusula 10ª**

**Preço base e preço contratual**

1. O preço contratual não pode ser superior a **€ 15.000,00** (*quinze mil euros*), que não inclui taxas, impostos e encargos que sejam devidos nos termos da legislação aplicável.
2. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP SGPS** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

**Cláusula 11ª**  
**Condições de pagamento**

1. O pagamento do preço contratual definido na proposta do **Cocontratante** será efetuado numa única prestação, após a execução e aceitação do serviço por parte da **AdP SGPS**.
2. As quantias devidas pela **AdP SGPS** nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após a entrega dos acessos que permitam à **AdP SGPS** usufruir dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte da **AdP SGPS** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. No caso de suspensão da execução do Contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

## **Cláusula 12ª**

### **Faturação**

1. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela **AdP SGPS** conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> .
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS) .
5. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável às **AdP SGPS** não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .
7. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

## **SECÇÃO III**

### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

## **Cláusula 13ª**

### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato**

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada por um gestor do Contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no Contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do Contrato designados pela **AdP SGPS** detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não exime o **Cocontratante** da responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

#### **Cláusula 14ª**

##### **Responsabilidades das partes**

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

### **CAPÍTULO III**

#### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 15ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do Contrato, mediante autorização da **AdP SGPS**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP SGPS** nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **AdP SGPS** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo estabelecido no n.º 2 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção de valor correspondente até 1 % do preço contratual por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções contratuais previstas no número anterior não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP SGPS** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Ao valor da sanção contratual previsto nos números anteriores são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do Contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. A **AdP SGPS** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** que não sejam devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP SGPS** a resolver o Contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

### **Cláusula 18ª**

#### **Resolução por parte da AdP SGPS**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP SGPS** pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos

previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo **AdP SGPS**.

3. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 16.<sup>a</sup> relativamente aos serviços objeto do Contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

#### **Cláusula 19<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do Cocontratante**

1. O **Cocontratante** pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

#### **Cláusula 20<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de Contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do Contrato a celebrar.
2. A **AdP SGPS** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 2 (*dois*) dias.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Cláusula 21<sup>a</sup>**

### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

## **Cláusula 22<sup>a</sup>**

### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP SGPS** e o **Cocontratante** relativas ao Contrato devem ser efetuadas através de carta registada ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos, as comunicações feitas por correio eletrónico são consideradas recebidas na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

## **Cláusula 23<sup>a</sup>**

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

## **Cláusula 24<sup>a</sup>**

### **Direito aplicável e natureza do Contrato**

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

### **Cláusula 25ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.



## **ANEXO I**

### **Especificações Técnicas**

#### **I. ENQUADRAMENTO**

Com a massificação da digitalização de processos, utilização de *cloud* e um número elevado de utilizadores remotos (teletrabalho), o nível e complexidade de ameaças à segurança e integridade dos sistemas de informação passou a ser incomparavelmente superior, pelo que por definição, nenhuma plataforma tecnológica pode ser considerada absolutamente segura e impenetrável.

Neste sentido, pretende-se que seja realizada uma auditoria aos sistemas de informação, especificamente nas seguintes vertentes:

- Análise de vulnerabilidade e testes de intrusão à infraestrutura e aplicações expostas na internet e nas redes internas;
- Testes de Engenharia Social;
- Testes de DDoS;
- Testes à AD;

#### **II. OBJETIVOS**

Estes testes terão os seguintes objetivos:

- Identificar vulnerabilidades ou fraquezas nas infraestruturas e aplicações por detrás dos IP's no âmbito que permitam a um agente externo ganhar acesso indevido aos sistemas;
- Detetar falhas no controlo de acesso que permitam subverter os processos de autenticação e/ou autorização;
- Identificar superfícies indevidamente expostas;
- Identificar vulnerabilidades na superfície exposta que possam apresentar riscos para os utilizadores que usufruem dos serviços;
- Identificar vulnerabilidades que impossibilitem um ou vários utilizadores de usufruir dos sistemas;
- Identificar vulnerabilidades que permitam com baixo custo e esforço, degradar o desempenho dos sistemas;
- Identificar lacunas na sensibilização dos utilizadores em relação aos comportamentos seguros a adotar e aos comportamentos de risco;
- Identificar a resiliência dos serviços web face a ataques de DDoS.

### III. ÂMBITO

Para execução dos serviços de **Análise de Vulnerabilidades e de Testes de Intrusão** nos Sistemas de Informação da **AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.** devem ser tidos em conta os seguintes passos:

**1. Sem qualquer informação prestada pela AdP relativamente à infraestrutura existente (modelo *black-box*):**

- a) Avaliar a robustez dos mecanismos de segurança implementados pela AdP, para fazer face a ameaças provenientes da internet;
- b) Identificar as vulnerabilidades nas infraestruturas expostas, visíveis a partir da internet;
- c) Identificar as vulnerabilidades na rede interna, considerando como ponto de partida a rede de utilizadores;
- d) Explorar as debilidades identificadas, mediante a execução de testes de intrusão externos e internos.

**2. Numa segunda fase com informação disponibilizada pela AdP (White-box)**

- a) **Recolha de informações sobre o sistema / rede que será testado:** Isso pode incluir informações sobre os sistemas operativos, aplicações, serviços, utilizadores, senhas e outras informações relevantes;
- b) **Mapear rede:** O prestador de serviços deve ainda mapear a rede para identificar os dispositivos conectados, portas abertas e serviços em execução;
- c) **Executar os pontos a, b, c e d do ponto 1.**

**3. A execução da análise de vulnerabilidades deve ter em conta as melhores práticas e metodologias,** referenciando no mínimo as ISECOM/OSSTMM, PTES, OWASP e NIST.

**4. Execução de testes de intrusão na rede e servidores, com origem em ataques externos e internos:** Este teste deve avaliar a segurança da rede da empresa, identificando vulnerabilidades em dispositivos de rede, *firewalls*, *routers*, servidores e outros componentes de rede.

**5. Execução de testes de intrusão em aplicações, com origem em ataques externos e internos:** Este teste deve avaliar a segurança das aplicações usadas na empresa, identificando

vulnerabilidades em aplicações locais, aplicações web, aplicações móveis e outras aplicações personalizadas.

## **6. A análise referida no ponto anteriores abrangem:**

Infraestrutura:

- a) Redes IP (15) com potencial de até 1500 pontos activos de rede (firewalls, routers, servidores windows e linux e outros componentes);
- b) 30 aplicações web. Externas;
- c) 2 Aplicações locais específicas (SAP ECC e SAPBW – ambientes DEV, Qualidade e Produção);

## **7. Efetuar os seguintes testes de engenharia social**

- a) Avaliar a sensibilidade dos colaboradores a dispositivos desconhecidos através de teste *pen-drop*. Serão dispersos 10 dispositivos *usb* em diversas instalações da AdP e o prestador deverá incluir um mecanismo de permita saber se o dispositivo foi colocado em algum computador recolhendo informações como o nome da máquina e características da mesma, utilizador e redes às quais a máquina esteve ligada recentemente. Além disso, deverá ser despoletado um *popup* no computador a indicar ao utilizador para devolver a *pen usb* à equipa da AdP.
- b) Avaliar a sensibilidade dos colaboradores a *phishing* através de execução de campanha específica. A mesma deverá ser direccionada para o setor de negócio da AdP, criada para o efeito em particular, com conteúdos direccionados. Pretende-se em particular que sejam usadas técnicas recentes de ataque como embeber *links* em códigos QR CODE. O domínio de envio também deverá ser criado para o efeito e escolhido de forma a ser o mais fidedigno possível. Não serão aceites modelos de email genéricos.

## **8. Testes DDoS**

Em articulação com a AdP em janela temporal a definir pelo mesmo deverão ser executados testes de DDoS utilizando diversas técnicas, como *TCP All Flags Flood*, *TCP SYNACK Flood*, *TCP ACK-FIN Flood*, *TCP RST Flood*, *TCP PUSH ACK Flood*, *HTTP(s) GET Flood*, *HTTP(s) POST Flood* e outras que o prestador sugira. Deverão ser usados no mínimo um conjunto de 50 *bots*, permitindo atingir uma largura de banda total de 3000 Mbps.

## **9. Assessment à AD (Active Directory)**

- a) O prestador deverá ainda realizar um *assessment* à *Active Directory* (AD), compreendendo a realização das seguintes atividades;
- i. Inventário de domínios;
  - ii. Inventário de utilizadores;
  - iii. Inventário de máquinas;
  - iv. Cartografia;
  - v. Obtenção de indicadores de risco em quatro vertentes:
    1. Objetos obsoletos;
    2. Contas privilegiadas;
    3. Relações de confiança;
    4. Anomalias de segurança.

## **IV. ENTREGÁVEIS**

### **1. Análise de Vulnerabilidades e Testes de Intrusão**

O desenvolvimento das atividades de análise de vulnerabilidades e *pentesting* terá a sua conclusão com a entrega de dois relatórios, permitindo a sua re-execução entre o primeiro e segundo relatório.

O relatório irá evidenciar os testes efetuados, assim como as vulnerabilidades eventualmente detetadas e as respetivas propostas de medidas que permitirão a sua mitigação ou correção.

O relatório será dividido em duas seções principais onde irá figurar o seguinte:

a) Resumo Executivo

Seção com a descrição alto nível sobre a situação encontrada, contendo:

- i. Descrição do âmbito;
- ii. Descrição dos testes efetuados (de forma não detalhada) e metodologia;
- iii. Resumo dos resultados e visão executiva das vulnerabilidades, com indicação da sua criticidade.

b) Seção Técnica

Nesta seção deve ser incluído:

- i. Descrição da metodologia seguida e ferramentas utilizadas;

- ii. Identificação e classificação de todas as vulnerabilidades encontradas, classificadas por categorias e nível de criticidade, considerando os seguintes campos:
  - Tipo de Vulnerabilidade;
  - Nome da Vulnerabilidade/identificados CWE/CVSS da vulnerabilidade/ outro identificador técnico da indústria, caso exista;
  - Descrição textual sumária do impacto em pior caso da exploração da vulnerabilidade;
  - Ativos vulneráveis e sua localização;
  - Classificações de vulnerabilidade;
  - Correção e Mitigação, com recomendações e referências para a correção ou métodos de mitigação da vulnerabilidade.

## **2. Teste de Engenharia Social**

Deverá ser entregue um relatório que descreva a metodologia e os resultados dos testes executados.

## **3. Testes DDoS**

Deverá ser entregue um relatório que descreva a metodologia e os resultados dos testes executados, incluindo gráfico temporal com a duração de cada teste e períodos de indisponibilidade.

## **4. Testes AD**

Deverá ser entregue um relatório que descreva a metodologia e os resultados dos testes executados, incluindo:

- a) Inventariação da exposição ao risco global;
- b) Inventariação da exposição ao risco face aos quatro pilares do *Assessment*;
- c) Recomendações sobre como corrigir ou mitigar esses riscos.

Requisitos adicionais:

- i. De forma a garantir a idoneidade do concorrente e dos colaboradores afeos ao serviço a empresa concorrente deverá estar credenciada pela Gabinete Nacional de Segurança com o nível mínimo de Nacional Confidencial;
- ii. O concorrente deverá ter pelo menos um colaborador nos seus quadros com a certificação CEH (*Certified Ethical Hacker*). Esta certificação irá garantir que uma

entidade terceira certifique o profissional envolvido em técnicas e conceitos éticos que permita explorar os sistemas da mesma forma de um *hacker* malicioso, mas de forma legal e com as melhores metodologias para a sua realização.

- iii. O concorrente deverá indicar que ferramenta vai utilizar na deteção de vulnerabilidades, sendo que a mesma deverá ser uma solução empresarial;
- iv. O licenciamento de quaisquer ferramentas a utilizar no âmbito do projeto será da responsabilidade do concorrente e deverá estar incluído no valor global da proposta;
- v. A natureza dos testes de intrusão implica um risco latente de compromisso de disponibilidade. Integridade e /ou confidencialidade, ainda que não intencionado. As propostas devem visar medidas que permitam conter esses riscos, tendo obrigatoriamente de contemplar os seguintes pontos:
  - Registo regular dos testes levados a cabo, para eventual despiste de problemas que surjam das atividades;
  - Nomeação de um contacto privilegiado, disponível durante a duração do Contrato, para resolução de emergências.